

Comunidades de Manguinhos: a utopia do projeto urbano

Tania Maria Fernandes, taniaf@coc.fiocruz.br.

Renato Gama-Rosa rgrc@coc.fiocruz.br

Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Palavras-chave: Favela, Urbanismo, Habitação.

Introdução

Este estudo está inserido no Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS/ Manguinhos) que vem sendo desenvolvido, desde 1999, pela Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, junto às comunidades territorialmente circunvizinhas ao *campus* da instituição, no bairro de Manguinhos, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A relação da Fiocruz com estas comunidades envolve vários projetos que incluem atividades de pesquisa, atendimento à saúde e ensino. Neste projeto especificamente, estabeleceu-se conexão com o Programa de Vocação Científica (PROVOC), instituído desde 1986 na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da própria Fiocruz, que busca aproximar alunos de ensino médio da pesquisa científica como forma de aprendizagem e produ o de conhecimento ¹.

A perspectiva acad mica neste projeto se consubstancia na inter-rela o de ciência e desenvolvimento participativo considerando as dimensões política e acad mica desta rela o a fim de construir uma síntese do sistema sócio ecológico de Manguinhos, na perspectiva de implementa o de processos de questionamento e possível interven o a partir da identifica o com seu espaço e sua história.

O recorte desenvolvido por nós pesquisadores da área de história e urbanismo, no âmbito deste projeto, trata da “História de Pessoas e Lugares”, e envolve uma equipe que se constitui de três alunos de ensino médio, duas agentes comunitárias e um estudante universitário da área de história. Esta equipe vem realizando uma pesquisa histórica com análise de documentos e principalmente a constitui o de entrevis-

¹ FERREIRA, C. A. “Concep es da Iniciativa Científica no Ensino Médio: uma proposta de pesquisa”. *Trabalho, Educa o e Saúde*. v.1, n  1, 2002, p. 115-130.

tas com moradores das comunidades, tendo como questão central as problemáticas urbanísticas, ambientais e sociais, historicamente vinculadas à áreas de grande exclusão social e violência urbana, sendo palco nas últimas décadas de disputa pelo tráfico de drogas e do crime organizado.

Manguinhos no contexto da história urbana e da história oral

Novas preocupações com a história dos espaços urbanos e a estreita relação do homem com os meios de produção e o ambiente construído, se revelaram durante as duas guerras mundiais, dado o interesse pela geografia e pela história das técnicas que ressalta as transformações ocorridas nas estruturas urbanas a partir do século XIX, associadas ao desenvolvimento da industrialização e do capitalismo ². Os termos interior e periferia, cidade e campo, centro urbano e subúrbio, urbano e cidade, cidade e anticidade, passam a ser freqüentemente utilizados para distinguir os novos e diversos tipos de assentamentos urbanos, distribuídos em escalas territoriais e locais.

Para o geógrafo Roncayolo ³, o urbanismo, enquanto ciência, seria fruto de um conflito político, a partir da crítica à construção da cidade contemporânea, reconhecendo este como um campo de forças, onde as práticas sociais revelam tensões, oposições e contradições em busca de um equilíbrio nunca realizado. Trazer estas noções para a contemporaneidade das comunidades de Manguinhos nos parece extremamente oportuno.

Neste sentido, o estudioso das cidades, B. Lepetit tentando responder à complexidade da cidade e de sua relação com o espaço, o tempo e o homem, ressaltava o papel dos atores individuais na nova história urbana, contribuindo, assim, para a formulação de um novo conceito em história que ele chamava de *a dinâmica experimental dos atores sociais e de suas trajetórias* ⁴.

² CERTEAU, M. D. "A operação histórica". LE GOFF, et alli. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. MUMFORD. L. *A Cidade na História*. Martins Fontes, São Paulo, 1998.

³ RONCAYOLO, M. *La ville et ses territoires*. Gallimard, 1997.

⁴ LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Heliana Angotti Salgueiro (org.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Os atores e suas trajetórias se tornam relevantes para os estudos históricos contemporâneos, onde a história oral assume um papel fundamental. Neste estudo especificamente, esta possibilita a implementação de processos de questionamento e possível intervenção dos atores, onde se incluem os agentes moradores da área, a partir de sua identificação com seu espaço e sua história e do reconhecimento das diversas versões possíveis de serem estabelecidas onde se mesclam lugares, pessoas, idéias e ideais.

Questões gerais

A área em estudo é formada por 11 comunidades, com uma população de mais de 50.000 habitantes. É considerada hoje como a segunda região mais poluída do Rio de Janeiro, cortada pelos rios Jacaré e Faria Timbó e pelo Canal do Cunha, responsáveis por grande parte da poluição da Baía de Guanabara, uma vez que a rede de esgoto é extremamente precária e os dejetos são neles lançados *in natura*.

A história da constituição destas comunidades é em grande parte, fruto das políticas habitacionais implementadas na cidade do Rio de Janeiro, com deslocamento de populações, principalmente da zona sul, para áreas menos valorizadas da cidade, envolvendo as três instâncias: municipal, estadual e federal, ao longo de um século. Verifica-se também forte contingente populacional proveniente de outras comunidades onde ocorreram incêndios ou inundações, além de migrações do nordeste brasileiro.

É possível identificar quatro momentos marcantes da origem destas comunidades, relacionados com a própria história urbana do Rio de Janeiro, quais sejam: 1901 (Parque Oswaldo Cruz / Morro do Amorim); 1941 (Parque Carlos Chagas); 1951 - 1955 (Parque João Goulart, Vila Turismo, CHP-2/ Democráticos, Vila União); 1990 - 2002 (Conjunto Néelson Mandela, Conjunto Samora Machel, Mandela de Pedra, Conjunto Samora II / Embratel, Comunidade Vitória de Manginhos / Conab).

A denominação de favela anteriormente relacionada a estes espaços é hoje um ponto de discussão, tanto entre os estudiosos, como para os moradores e o próprio setor público. Para uns refere-se a um tipo específico de construção e ocupação de espaço urbano, irregular e fora dos padrões de racionalidade arquitetônica e, muitas vezes, ilegal. Para outros, se relaciona a um espaço da pobreza e dos problemas sociais a ela relacionados. O termo comunidade busca retirar, não só o teor pejorativo aplicado às favelas como, dissolver a diversidade de questões sociais a elas vinculadas ⁵. Esta mudança de terminologia não altera, no entanto, o cerne do problema, permanecendo no cotidiano, como percebemos, nas narrativas de nossos entrevistados e mesmo na equipe de alunos e agentes comunitários. Outra questão importante refere-se à denominação de Complexo de Manguinhos pleiteada para a região, que ora se associa a uma perspectiva de articulação que visa dar maior poder e organização às comunidades no que tange, principalmente, à relação destas com os poderes públicos ou que ora teria sua origem na relação do tráfico de drogas e a polícia ⁶.

Os projetos urbanos para Manguinhos

Apesar de englobadas em uma única região, as comunidades em estudo apresentam particularidades referentes não só às suas origens e perfis, como aos processos de ocupação e às propostas de implantação. Com relação às políticas públicas para a área, esta recebeu diferentes projetos urbanos e habitacionais, desde a década de 1920, até o mais recente favela-bairro, previsto para implantação em 2005. A maioria destes projetos, independente de sua pertinência, não foi efetivada, contribuindo para a manutenção da precariedade deste espaço urbano.

Na década de 1920 as favelas eram percebidas negativamente, como aberrações ou doenças, não constando, inclusive, do mapa oficial da cidade. O plano do urbanista francês, Alfred Agache (1927-1930), por exemplo, referia-se a elas como “le-

⁵ VALLADARES, L. “Que favelas são essas?” *Insight Inteligência*, nº 8, ago/out, 1999, p. 63- 68.

pra”, indicando, portanto, sua “remoção”, “eliminação” ou “destruição” e propondo a construção de vilas residenciais. Na década de 1940, algumas propostas habitacionais foram viabilizadas através da construção de três Parques Proletários (Gávea, Leblon e Caju), havendo indicações, inclusive, para a criação de mais um destes “Parques” no Morro do Amorim, em Manguinhos.

Especificamente com relação a projetos urbanos, desde a década de 1920, se previa para Manguinhos a criação de um Bairro Industrial. As propostas da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, que ali atuava desde 1922, já incluíam a urbanização de toda a área, visando atender, em parte, a este objetivo. O mesmo Plano Agache e o projeto desenvolvido por Jorge Macedo Vieira, em 1927, mantiveram igualmente esta proposta, dada a proximidade com a região portuária.

Em 1943, durante a gestão do Prefeito Henrique Dodsworth, foi apresentado o projeto do *Parkway* Faria-Timbó, como parte do Plano da Cidade do Rio de Janeiro. O *Parkway* tinha como preocupação viabilizar a ocupação ordenada, salvaguardando “os interesses dos futuros moradores da região, proporcionando o saneamento, moradia higiênica, a recreação, a economia de tempo no transporte pelo acesso fácil”⁷. A preocupação deste projeto se voltava para a tentativa de “transformar [aquela área], pelo paisagismo, num dos mais atraentes subúrbios cariocas, desde que orientadas por um plano de conjunto, e obedecido na expansão natural do uso, o aproveitamento racional dos terrenos”⁸. Ao contrário do que se queria para Manguinhos – “uma zona digna de figurar entre as melhores urbanizadas” – o processo de ocupação, intensificado a partir dos anos 40, transformou-a em uma das mais carentes em termo de infra-estrutura e organização espacial, ficando claro o quanto a administração pública vem relegando o projeto urbano à utopia.

⁶ Segundo depoimentos Júlio César Soares Aragão, diretor financeiro da Associação de Moradores e Amigos da Vitória de Manguinhos e de Consuelo Guimarães da equipe do projeto e ex-moradora da área.

⁷ REIS, J. O. “Notícia sobre o ParkWay Faria-Timbó”. *Revista Municipal de Engenharia*. v. 10, nº 2, abr., 1943: 95.

⁸ Idem: 94.

A história destas comunidades isoladamente é bastante diferenciada, inclusive internamente. O Morro do Amorim, por exemplo, sofreu duas formas distintas de ocupação, tendo uma faixa significativa situada nos limites da Fiocruz. A primeira ocupação seguiu o modelo de construção e arruamento típico dos subúrbios cariocas, com forte influência da migração portuguesa, que ocorreu no início do século XX, favorecida pela abertura da linha de trem em fins do século anterior, formando, inclusive, um núcleo à parte neste processo, pois representa um tipo de assentamento e instalação diversos das outras comunidades da região. A outra forma de ocupação, apresenta-se, ainda hoje, em processo de crescimento com características mais próximas do imaginário que se tem de favela, originada da permissão de instalação de moradias para funcionários da instituição, em seu terreno. A história de S. José de Carvalho, morador do Morro do Amorim, é emblemática deste processo, sendo sua família constituída por imigrantes portugueses e funcionários do então Instituto Oswaldo Cruz, como seu tio-avô, seu pai e ele próprio.

O Parque Carlos Chagas, também conhecido como Varginha, teve sua ocupação iniciada na década de 1940, em meio aos projetos de urbanização propostos, como o já mencionado Saneamento da Baixada Fluminense, que acabou por se resumir na retificação e aterramento do litoral, alterando a característica de manguezal, sem solucionar, no entanto, a questão habitacional. Esta área, então, começou a ser ocupada gradativamente por moradores oriundos de diversas outras regiões da cidade e de fora dela. Dona Nicolina e seu marido João Felipe dos Santos, contaram-nos sobre sua chegada: “Dava medo da gente morar aqui. Era muito mato, mato mesmo, com uns ‘capinzal’ grande à beça (...) não existia campo nem existia CIEP, nada, era só matagal”⁹.

As comunidades do Parque João Goulart, Vila Turismo, CHP-2 e Vila União, podem ser observadas em conjunto, como já mencionamos, estando suas origens relacionadas ao fluxo de ocupação desencadeado por vários fatores, entre eles, o iní-

cio da industrialização desta área (finalmente viabilizada no pós-guerra), a geração de mão de obra barata e espacialmente concentrada, e a migração populacional de outros estados e mesmo de regiões da própria cidade, incluindo, também, a abertura de eixos viários e estradas, como a Rua Leopoldo Bulhões, a Av. Brasil, a Rio-Bahia, e a Rio-São Paulo, que possibilitaram a circulação de pessoas e mercadorias no meio urbano e, principalmente, entre os estados e municípios ¹⁰.

A implantação, no início da década de 1950, destas comunidades, a exceção da Vila União, está relacionada ainda, com as ações da Fundação Leão XIII, criada em 1946 pela Arquidiocese do Rio de Janeiro e pela Prefeitura, no governo de Hildebrando de Góes. Entre os anos de 1947 e 1954 a Leão XIII atuou em 34 favelas do Rio, implantando em algumas delas serviços básicos como água, esgoto, luz e rede viária ¹¹. No nosso caso, mais especificamente, ela teria atuado após a criação da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) pelo Governo de Negrão de Lima (1965-1971), cujas instalações passaram a ocupar o terreno da favela do Esqueleto, removendo parte de sua população para Manguinhos, que receberam moradores ainda do Caju, Praia do Pinto, Cachoeirinha, Catacumba e Rocinha, como uma estratégia de deslocamento das favelas de áreas centrais e mais valorizadas da cidade. A comunidade da Vila União surgiu em 1955, em torno dos conjuntos habitacionais financiados pelo governo federal, para os funcionários da Casa da Moeda e os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial. Este tipo de ocupação, em torno de outros conjuntos habitacionais, pode ser observado na trajetória de vários outros grupos de ocupação, principalmente quando o processo é de invasão.

Na década de 1990 verifica-se outra fase de forte ocupação dessa região e cujo processo ainda não foi concluído. Os conjuntos habitacionais Nelson Mandela e Samora Machel foram construídos pela prefeitura, em parceria com o Governo do Es-

⁹ Nicolina Laia, fita 1, lado A

¹⁰ ABREU, M. de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ Jorge Zahar Editor, 1987. 2ª Edição.

¹¹ BURBOS, M. B. "Dos parques proletários ao Favela-Bairro". In ALVITO, M. e ZALUAR, A. (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

tado do Rio de Janeiro, e com verba do BIRD. O terreno foi adquirido pela Prefeitura em permuta com a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações). Por conta do risco de acidente na adutora que corta a região, que não sofria reformas desde a década de 1950, a Cedae teria, segundo alguns depoentes, pressionado as Secretarias Municipais de Obra e Habitação para que estas agilisassem o reassentamento dos moradores. Mas as enchentes de 20 e 21 de fevereiro de 1988, ocorridas no Rio e o incêndio no parque João Goulart, no verão de 1989, alteraram o processo de instalação desses moradores. A partir de 1995 se observou a ocupação, por invasão, de uma outra parte do terreno da Embratel constituindo a comunidade Mandela de Pedra. E mais recentemente, 2001, temos acompanhado a formação de outra comunidade neste mesmo terreno, denominada Samora II.

A última comunidade a ser criada foi Vitória de Manguinhos, em 2002, fruto de invasão dos galpões abandonados da antiga CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), situada em frente à sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Tal invasão foi comandada pelos moradores da Comunidade de Mandela de Pedra, localizada na calçada oposta da rua Leopoldo Bulhões.

Considerações finais

A expectativa do Programa DLIS/ Manguinhos é de que o estudo histórico desenvolvido por esta equipe busque identificar os processos de formação de cada comunidade e o todo e a relação de suas histórias com a própria história social e urbana do Rio de Janeiro, que não vem privilegiando estudos sobre esta área da cidade. Procuramos igualmente contribuir para as discussões sobre os processos de luta de cada uma dessas comunidades por ambientes socialmente dignos.